

Ética e Política Sob a Ótica da Maçonaria

Fonte: http://www.glp.org.br/pop_artigos.php?pub=3

Senhor Presidente, autoridades, permita-me saudá-los e a todos nas pessoas dos Sereníssimos Grãos-Mestres das 26 Grandes Lojas Maçônicas dos Estados de nosso País e do Distrito Federal aqui presentes.

Permitam-me, também, Senhores, por primeiro, enumerar, ainda que em apertada síntese, os princípios pelos quais se rege a Maçonaria: A iniciação Maçônica tem por objetivo tornar o homem em um novo ser, apto a integrar-se na filosofia do humanismo capacitando-o à compreensão da universalidade, da cor e da fé religiosa, levando-o ao entendimento de que pertence a uma mesma e única humanidade.

De todos os deveres iniciáticos do maçom avulta aquele de buscar eficiência para espargir os ensinamentos Maçônicos entre os que os desconhecem, visando trabalho objetivo pelo bem estar e o progresso da humanidade, passam a compreender, finalmente, que se não podem obter a resposta sobre sua origem, e o destino de seu porvir, sabem para que e porque vieram.

Sabem os Maçons que vieram e vivem, sem descurar de seu próprio aperfeiçoamento, enfrentando os embates que a luta pela vida apresenta, para propagar pelo exemplo e pela palavra os princípios da Maçonaria, que dentre outros em síntese proclama:

- que um povo só é escravo quando desconhece a própria força e por lhe faltar a coragem de libertar-se;
- que os homens são capazes, por sua vontade, de submeter suas paixões e para alcançarem a vitória haverão antes de saber resistir;
- que Deus não é feito a imagem do homem nem possui suas fraquezas e suas paixões, por isso que a maçonaria não o define como, também, não define os princípios da imortalidade da alma, deixando à cada um a liberdade de o fazer, esclarecendo-se e guiando-se por sua própria consciência;
- que não há limite algum à indagação da verdade e, para garantir a amplitude dessa liberdade, exige de todos a tolerância exortando, àqueles para os quais a religião se constitui consolo, a cultivá-la com liberdade;
- que a doutrina maçônica se contém inteira na asseveração do amor ao próximo, sedimentada sua moral na prática da solidariedade e da caridade à todos os seres humanos;
- que o Maçom cultiva a simpatia e a compaixão por todos os homens, mesmo por aqueles ainda escravos de concepções imperfeitas, desenvolvendo esforço para abolir os preconceitos e os erros;

- que o Maçom honra a sua Pátria dispondo-se a entregar sua vida pela preservação de sua integridade e de seu povo, jamais se constringendo de propagar as verdades maçônicas, sem qualquer temor e aonde quer que sejam úteis.

Explicitados tais princípios, pode-se afirmar, também, sinteticamente, a compreensão sob a ótica Maçônica, do que sejam a Ética e a Política.

Existe hoje no Brasil, em alguns segmentos da sociedade, um perigoso distanciamento entre ética e política. Há uma percepção difusa de que as duas não se complementam, constituindo-se universos distintos. A ética, assim, isoladamente, não teria espaço no mundo político.

Contudo a ética é uma instância que, tática e estrategicamente, deve se subsumir na política.

Se em algum momento, eventualmente um partido político pretendesse ser detentor do monopólio da ética isso seria impossível. A circunstancia de “politização da ética” teria vida fugas e em curto período, porem os fatos provariam ser impossível existir grupos que pudessem titular-se como detentores absolutos dos valores éticos.

A ética está alicerçada em princípios. A assertiva que, os fins justificam os meios jamais poderia ser invocada na política. Se abandonasse os princípios básicos, a política perderia a sustentação dos seus atos. Nesse sentido, a ética deve embasar toda e qualquer ação política. Trata-se, enfim, de uma questão de princípios.

Quando, eventualmente, os fins pudessem ser alcançados por meios espúrios, a sociedade passaria a correr perigo.

Consoante a doutrina da Maçonaria o pensamento ético deve forjar o sistema de valores que fundamenta uma sociedade justa.

A política assim deverá ser aplicada eticamente à sociedade e, por isso que nem a ética nem a política podem ser monopólio de grupos ou instituições.

Sabe-se que o planeta esta ameaçado pelo desequilíbrio das ações humanas sobre o meio ambiente. Durante séculos, essas ações se desenvolveram como se todos os recursos fossem inesgotáveis e, neste decisivo século XXI, a sociedade esta diante de desafios que em nenhuma época anterior enfrentou: a degradação acelerada do planeta, a ameaça crescente ao processo civilizatório e o fim da humanidade como a conhecemos.

Exige-se, hoje, de cada nação e de cada ser humano, uma mudança de paradigma. Ou se muda de rumo agora ou se legará às gerações futuras um mundo à beira do abismo.

Para reverter esse quadro, precisa-se de uma nova política ambiental e, acima de tudo, de uma bioética, uma ética da vida. Só a atividade ético-política pode lutar, mundialmente, pela sobrevivência do planeta.

No campo político, todos sabem que a democracia renova-se juntamente com a renovação da sociedade. Um rápido olhar sobre a história do país revela que a democracia pode ser suprimida pelas circunstâncias do momento, utilizada por grupos de poder que confundem o

público e o privado, manipulada por interesses que atropelam a ética por objetivos subalternos.

De acordo com eminentes teóricos, a democracia é antes de tudo o regime político que permite aos atores sociais formarem-se agindo livremente.

São os seus princípios constitutivos que comandam a existência dos próprios atores sociais.

Por isso que três princípios básicos devem reger o projeto democrático: o reconhecimento dos direitos fundamentais, que o poder deve respeitar; a representatividade social dos dirigentes e da sua política; e a consciência de cidadania, extraída do fato de pertencer a uma coletividade fundada sobre o direito.

Quanto aos direitos fundamentais, quando não são vividos como direitos nem como fundamentais, instaura-se a corrosão das Instituições que alicerçam o Estado Democrático de Direito, pondo em risco a própria governabilidade.

Registre-se que, por conta desse estado de coisas, podem faltar recursos para a educação, saúde e segurança pública, recuperação e construção de estradas, proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, e tantos outros bens que a Nação reclama e almeja.

Portanto a eventual falta de ética e moralidade no trato da coisa pública propiciaria clima de desesperança e descrédito que anunciaria desastres iminentes. As duas últimas tragédias aéreas afiguram-se bastantes representativas do estado de espírito que tomaria conta da nação se não se retomasse, de imediato, como feito, o eixo de equilíbrio entre as Estruturas da República, para restabelecer o bem-estar do povo. Essa retomada se dá por uma representatividade real, necessariamente fundada na Ética.

Hoje, neste exato momento, milhões de pessoas não saberiam dizer o nome do vereador ou o número do deputado federal em que votaram nas últimas eleições. E, caso dissessem o nome ou o número, dificilmente poderiam explicitar de forma clara a plataforma do candidato. Caso fosse lembrado o nome e explicitada a plataforma, não saberiam dizer o que o eleito teria feito ou faria com o mandato que lhe fosse democraticamente outorgado nas urnas. Existiria assim, por parte dos eleitores, uma falta de comprometimento com o seu próprio gesto, um gesto ao mesmo tempo individual e coletivo, fundamental e democrático, no exercício da cidadania participativa.

Por outro lado, os eleitos, quando exercitassem, livremente, o mandato, sem cobranças e sem acompanhamento, poderiam, eventualmente, se entregar a uma representação teatral, que transformaria instituições veneráveis em palco, para os holofotes da mídia, verberando palavras vazias à ouvidos desatentos.

Assim quando a representação não cumprisse seus objetivos básicos, o teatro e a política nada teriam a ganhar e os representados teriam tudo a perder.

Dessa forma, a representação social se tornaria uma farsa e o ato democrático cairia no vazio. Como em tal situação raramente existiria motivos para aplausos, as vaias que ressoariam no teatro, nos aeroportos ou nos estádios repercutiriam, uniformemente, sobre os próprios

atores sociais; os eleitos e os eleitores. Tudo ficaria em suspenso até a próxima convocação das urnas, o que, por argumento poderia resultar em “mais do mesmo”, fato que reiteraria o círculo vicioso de esperanças que se perderiam e das promessas que jamais se cumpririam.

Para escapar desse círculo vicioso, seria urgente que as eleições se constituíssem no momento propício para que se realizasse expressiva modificação no quadro político, quando necessário, com o respeito à coisa pública, através do voto que se depositaria em nomes capazes de ouvir e atender o clamor público, tudo sem exclusão das medidas administrativas e judiciais que visassem exemplar punição, daqueles que, eventualmente, corrompessem sua representatividade quando eleitos.

Respeitados e cultivados os direitos fundamentais, valorizada a representatividade, há de cuidar-se da cidadania. Sob a ótica Maçônica nesse sentido pode-se afirmar que canta-se o Hino Nacional com orgulho, e patriotismo e, indubitavelmente, ama-se o país.

Porém, sabe-se que milhões jamais leram a Constituição Federal, milhões desconhecem a Lei e só entram em contato com ela através do policial da esquina, momento em que têm a oportunidade de clamar que a lei é injusta, brutal ou corrupta. Milhões são inocentes antes de ultrapassar o sinal fechado, e, por desatenção ou simples desconhecimento da Lei, ninguém é culpado, todos se pressupõem inocentes até prova em contrário, diante dos seus próprios atos.

Todavia, para a Maçonaria, há de educar-se a população insistindo para que compreendam a responsabilidade de cada um diante de si mesmo e dos outros, diante da Lei, da justiça, do direito de ir e vir, da busca da felicidade, conscientizando-a de que o paternalismo e o clientelismo se constitui ameaça à cidadania. É preciso esclarecer, pela educação, ao povo que fugir ao compromisso com a própria cidadania é mais que uma fuga: é ajudar a alimentar a corrupção dos valores necessários para a construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais harmoniosa.

Os Maçons pregam que se há de colher no plano coletivo o que se planta no plano individual. Que para se denunciar o “sistema” há de se ter consciência de que como seu integrante deve-se proporcionar os meios para sua melhoria. É preciso, como eleitores saber cobrar dos políticos o cumprimento do programa com o qual foram eleitos pelo voto do povo. Ao se delegar poderes, há de se manter o vínculo com esse poder, porque todos são atores principais do espetáculo, por isso que para se aplaudir ou vaiar não se o pode fazer como simples espectador, mas como co-participe das ações, impondo-se encontrar meios para que não existam as vaias, às quais haverá de se sobrepor os aplausos.

É preciso que no mundo os fins sejam alcançados em estrita obediência aos princípios, sem os quais não haverá espaço para o processo construtor. Por isso, mais do que nunca, é preciso vincular política e ética, ação social e participação. Só assim será possível escapar do círculo vicioso dos eventuais atos inseqüentes e descompromissados para o círculo virtuoso dos atos comprometidos e conscientes. Só assim será possível o saneamento da vida pública, quando necessário, com a retomada do verdadeiro sentido de cidadania, com absoluto respeito à coisa pública, às leis, e aos mais altos interesses do Brasil, como determina a Constituição Federal.

Os atos livres e soberanos dos homens e mulheres é que são a fonte dos valores, e o maior de todos os valores é o ser humano integralmente realizado. Essa é, acima de tudo, uma questão ética. E a ética deve ser um imperativo da política e da própria vida em sociedade.

E para chegar a essa conclusão não é necessário buscar inspiração nas altas e rarefeitas esperas do pensamento humano. Basta caminhar entre o povo para colher idêntica lição de sabedoria. Essa reflexão encontra uma perfeita tradução na experiência dos simples mortais a dizer: “a voz do povo é a voz de Deus”. Por isso é preciso ouvi-la com a mesma atenção dedicada aos grandes pensadores.

*Sereníssimo Grão-Mestre, Ministro Waldemar Zveiter